

**INFORMAÇÃO, GÊNERO E SEXUALIDADE:
Uma Análise da Comunicação Científica do Grupo de Trabalho
“Informação & Saúde” - ENANCIB**

**INFORMATION, GENDER AND SEXUALITY:
An Analysis of The Scientific Communication of The Working Group
“Information & Health” - ENANCIB**

**INFORMACIÓN, GÉNERO Y SEXUALIDAD:
Un Análisis de La Comunicación Científica del Grupo de Trabajo
"Información Y Salud" - ENANCIB**

João Paulo dos Santos GARCIA¹
Nelma Camêlo de ARAUJO²
Edivanio Duarte de Souza³

Autor para Correspondência: Edivânio Duarte de Souza
Endereço completo: Prédio do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Avenida Longitudinal da UFAL 2. Universidade Federal de Alagoas. Campus A. C. Simões, BR 104 – Norte. Maceió - Alagoas – Brasil. CEP 57072-970
E-mail: edivanio.duarte@ichca.ufal.br
ORCID: ORCID do autor para correspondência, com <https://orcid.org/0000-0002-7461-828X>



Submetido em: 31/12/2019
Aceito em: 09/01/2020
Publicado em: 28/01/2020

¹ Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

² Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunto do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

³ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

RESUMO

A implantação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Brasil representa um avanço em direção ao enfrentamento das condições de exclusão que caracterizam essa população, inclusive no que se refere a pesquisas e estudos que se dediquem, especificamente, a essa temática. Nesse contexto, destaca-se a rede conceitual informação, gênero e sexualidade que se apresenta como domínio temático de possíveis diálogos entre a Ciência da Informação e áreas afins. Definem-se como objeto de estudo as comunicações realizadas no GT-11 - Informação & Saúde do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no período de 2011 a 2019. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva de caráter bibliográfico e abordagem quantitativa. Do universo de 153 (cento e cinquenta e três) comunicações, incluindo trabalhos completos e resumos expandidos, realizadas no período, apenas três tratam expressamente sobre a temática LGBT, sendo um trabalho completo e dois resumos expandidos. Há evidente carência de estudos e pesquisas acerca da rede conceitual informação, gênero e sexualidade. Quando essas são tratadas, tem como referência as de áreas como Biomédicas, Psicologia e Psiquiatria, em uma perspectiva patologizante. Isso demonstra a importância da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT como instrumento de produção e promoção da informação nesse contexto.

Palavras-chave: Informação. Gênero. LGBT. Sexualidade.

ABSTRACT

The implementation of the National Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transgender (LGBT) National Health Policy in Brazil represents a breakthrough towards addressing the exclusion conditions that characterize this population, including research and studies that address devote specifically to this theme. In this context, we highlight the conceptual network information, gender and sexuality that presents itself as the thematic domain of possible dialogues between Information Science and related areas. The object of study is defined the communications made in the WG-11 - Information & Health of the National Meeting of Research in Information Science (ENANCIB), from 2011 to 2019. This is an exploratory-descriptive research of bibliographic character. and quantitative approach. Of the universe of 153 (one hundred and fifty-three) communications, including full papers and expanded abstracts, carried out in the period, only three deal expressly on the LGBT theme, one full paper and two expanded abstracts. There is a lack of studies and research on the conceptual network information, gender and sexuality. When these are treated, they refer to areas such as Biomedical, Psychology and Psychiatry, from a pathologizing perspective. This demonstrates the importance of the LGBT National Integral Health Policy as an instrument for the production and promotion of information in this context.

Keywords: Information. Genre. LGBT. Sexuality.

RESUMEN

La implementación de la Política Nacional de Salud Nacional de Lesbianas, Gays, Bissexuales, Travestis y Transgénero (LGBT) en Brasil representa un avance para abordar las condiciones de exclusión que caracterizan a esta población, incluidas las investigaciones y estudios que abordan dedicar específicamente a este tema. En este contexto, destacamos la red conceptual de información, género y sexualidad que se presenta como el dominio temático de posibles diálogos entre las Ciencias de la Información y áreas relacionadas. El objeto de estudio se define las comunicaciones realizadas en el GT-11 - Información y Salud de la Reunión Nacional de Investigación en Ciencias de la Información (ENANCIB), de 2011 a 2019. Esta es una investigación exploratoria descriptiva de carácter bibliográfico. y enfoque cuantitativo. Del universo de 153 (ciento cincuenta y tres) comunicaciones, incluidos documentos completos y resúmenes expandidos, realizadas en el período, solo tres tratan expresamente sobre el tema LGBT, un documento completo y dos resúmenes expandidos. Faltan estudios e investigaciones sobre la red conceptual de información, género y sexualidad. Cuando se tratan, se refieren a áreas como la biomédica, la psicología y la psiquiatría, desde una perspectiva patologizante. Esto demuestra la importancia de la Política Nacional de Salud Integral LGBT como instrumento para la producción y promoción de información en este contexto.

Palabras clave: Informacion. Género. LGBT. Sexualidad.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Brasil, como outros instrumentos normativos que sedimentam o planejamento, a implantação e o acompanhamento de ações de assistência à saúde em todo o território, pode ser entendida como importante instrumento de produção e promoção da informação, principalmente, para as populações menos favorecidas. Ocorre que existe neste domínio de atuação relativa carência de informações e conhecimentos, sobretudo, em decorrência de lacunas de estudos e pesquisas, que resultam em campo fértil para a emergência de diferentes formas de preconceitos.

Nessa perspectiva, a necessidade de reflexões acerca da promoção da informação sobre gênero e sexualidade, mais especificamente LGBT, emerge diante da existência de vários atos normativos, legislação, e pareceres de regulação sobre os princípios constitucionais fundamentais ao ser humano, como, por exemplo, o direito à saúde e o direito à informação, especificamente, no contexto da população LGBT, que emerge como ramificação do direito amplo à saúde global da pessoa humana.

Conforme Laurenti (1984), a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a homossexualidade no hall da Classificação Internacional de Doenças (CID) no ano de 1977, caracterizando-a como uma doença mental. Após vários estudos e a ausência de conclusão sobre a forma como esse transtorno mental se desenvolvia, a Associação Americana de Psicologia passou a orientar os profissionais das mais variadas áreas a evitarem preconceito e falsos estigmas, fazendo com que a OMS, ao revisar o seu manual em maio de 1990, retirasse a homossexualidade da classificação de doenças. Essa postura possibilitou vários estudos nas décadas de 1990 e 2000.

No Brasil, a partir de 2009, a política de saúde volta-se também para o atendimento à população LGBT. Frente a isso, questiona-se: como se deu a constituição dessas políticas no Brasil? E mais: como os cientistas da informação vêm discutindo a produção científica nessa área? Esses e outros questionamentos expressam a importância da informação frente às políticas de saúde para a população LGBT.

Para tal, busca-se analisar a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no Brasil como fonte de produção e promoção de informação. Para tanto, busca-se, especificamente, abordar o percurso histórico da implantação das políticas públicas de saúde para a população LGBT, antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) até a implantação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, bem como dialogar com a produção científica da temática LGBT referente aos trabalhos publicados na área da Ciência da Informação, especificamente aqueles divulgados nos anais do GT-11 do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

O artigo evidencia que a institucionalização do direito à saúde por parte dessa comunidade se deu a partir de uma série de lutas e conquistas que, de modo convergente, culminou na implantação de uma política de saúde integral orientada à prevenção de doenças e à promoção de saúde no contexto amplo da comunidade LGBT. A Política Nacional de Saúde Integral direcionada à população LGBT, nesse contexto, legitima-se como fruto de um amplo processo democrático e participativo. Além disso, essa se apresenta também como importante instrumento destinado à produção e à promoção de informações acerca de diferentes elementos que sustentam as ações e os serviços direcionados a essa parcela da população historicamente marginalizada.

Na Ciência da Informação, essa discussão se dá no domínio de diálogos com outras disciplinas que tratam da rede conceitual informação, gênero e sexualidade. Os resultados da pesquisa indicam, contudo, que parte considerável das discussões acerca de gênero e sexualidade, em sentido amplo, e temáticas específicas do domínio LGBT são frequentemente abordadas do domínio de áreas como Biomédicas, Psicologia e Psiquiatria, entre outras.

2 A SEXUALIDADE HUMANA E AS QUESTÕES DE GÊNERO

A sexualidade é abordada pela Antropologia, Biologia, História, Medicina, Psicologia e Sociologia, entre outras áreas do conhecimento, cada uma discutindo-a de acordo com suas peculiaridades. A Biologia e a Medicina,

respectivamente, como estudos biológicos e fisiológicos. A Antropologia e a História tratam-na a partir da evolução cultural, considerando o percurso histórico do desenvolvimento da sexualidade. A sociologia, por sua vez, aborda a forma como sexualidade é compreendida pela sociedade e a Psicologia, os aspectos de constituição, orientação e identidade sexual, além de questões morais que estão presentes nesse processo. Essa diversidade de áreas propõe estudar e compreender a sexualidade em um novo campo de conhecimento que é a sexologia. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008; GONTIJO, 2004; LIMA; CERQUEIRA, 2019; MARSIAJ, 2003; MISOCZKY *et al.*, 2012).

Com efeito, uma discussão importante é a compreensão do que seja sexo e sexualidade. Muitos compreendem os dois termos como possuindo o mesmo significado. O fato é que essas palavras têm aproximações, pois uma é derivada da outra, mas são termos distintos. O sexo está voltado para a constituição biológica, anatômica, ou seja, o aparato que determina o que é macho e o que é fêmea. De modo mais preciso, Gewehr e Hetkowsky (2001, p. 95, grifo dos autores) esclarecem que por:

[...] o termo “sexo”, proveniente do latim *sexus*, ser um substantivo primitivo, ou seja, a partir desse termo formaram-se outros como sexual, sexualismo, sexualidade. Etimologicamente, a palavra sexo indica a “conformação particular que distingue o macho da fêmea, nos animais e nos vegetais” [...]. O dicionário Michaelis (1998) traz algumas acepções próximas do significado etimológico, original, da palavra, como: (2) “conjunto das pessoas que têm a mesma organização anátomo-fisiológica no que se refere à geração: sexo masculino, sexo feminino. (5) Os órgãos sexuais”.

Continuando sua argumentação, Gewehr e Hetkowsky (2001, p. 95) acrescentam que se pode realizar a diferenciação entre os termos sexo e sexualidade, utilizando-se do seguinte pensamento:

[...] homens e animais possuem sexos semelhantes, porém a sexualidade é fundamentalmente distinta, já que nos humanos há a busca de prazer; tarefa que enriquece a sexualidade e a torna também difícil de ser compreendida, já que estão envolvidos, também, aspectos de ordem psíquica.

Deve-se considerar a sexualidade como um fenômeno que é construído social e historicamente e não como uma evidência natural do ser humano. Ela é constituída a partir da abordagem de leis, costumes, regras e normas que variam no tempo e no espaço em que o ser humano está inserido. A

constituição da sexualidade é, em sentido amplo, regida pelos modos culturais da sociedade que a organiza e a controla. Assim, pode-se observar que:

[...] a sexualidade aparece no ser humano desde muito cedo, e que as suas primeiras manifestações não têm caráter genital, mas trata-se mais da organização do impulso da libido, que, mais tarde, será fundamental na busca do prazer sexual. É por isso que costumamos denominar sexualidade esse processo, para dar-lhe um conteúdo mais amplo que sexo, no sentido mais estrito do termo (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 234).

Numa perspectiva de superação das dicotomias historicamente estabelecidas acerca desta temática, é importante considerar que a vida não se limita às cores rosa e azul, na medida em que ela não é binária e as pessoas são diversas. Há pessoas que não se identificam com o sexo biológico, nascem como menina ou como menino, mas não se reconhecem como tal. Partindo do pressuposto de que o gênero é construído socialmente e não nascido com a pessoa, aqueles que não se identificam com o sexo que nasceram e não se sentem reconhecidos no fenótipo masculino ou feminino, são meninos que se reconhecem meninas e meninas que se reconhecem meninos.

Por muito tempo, porém, essa identidade foi tratada como algo desviante. Hoje essas pessoas se organizam e lutam para serem reconhecidas como cidadãs dignas de direitos básicos como, por exemplo, o direito à liberdade e o direito a ter um nome. A partir daí, desdobram-se as lutas em busca de respeito, acesso ao trabalho formal, vida digna sem exclusão e acesso à saúde sem discriminação, entre outros.

Direitos como mudança de nome e de sexo não são amparados por lei, somente por interpretações e decisões judiciais, é por isso que ter acesso a esse, às vezes, leva tempo. Essa marginalidade jurídica faz com que os transexuais sejam vistos como pessoas que praticam crime, quando, na verdade, trata-se de uma inadequação físico-psicológica, ou seja, corpo físico de homem e *status* psicológico de mulher ou vice-versa. Não se pode perder de vista, contudo, que a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que todo cidadão tem direitos e deveres, independente de raça, cor, sexo, da condição sexual ou socioeconômica (BRASIL, 1998). Mas, para aqueles que são transexuais o acesso à cidadania é um desafio.

A questão básica “menino ou menina?”, desde o útero, já está presente na vida de qualquer pessoa. Não é difícil constatar que uma mulher grávida dificilmente vai passar a gestação sem ouvir essa pergunta. E nela se baseia também para planejar chá-de-bebê, quartinho, roupas e nomes, entre outras escolhas; todas baseadas no sexo e nas cores, predominantemente, rosa para meninas e azul para meninos.

De modo relativamente simples, cada pessoa diz o que quer ser, e como quer ser, esse é o princípio da identidade de gênero. Na base desse entendimento há o pressuposto de que gênero é um caráter construído socialmente e não nascido com a pessoa. O reconhecimento de que o sujeito é transexual se dá através de uma análise clínica. Atualmente, existe um processo de acompanhamento por equipe multidisciplinar durante dois anos até conseguir chegar a fazer a cirurgia de redesignação sexual.

3 EMERGÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LGBT

A Política Nacional de Saúde Integral LGBT surge em meio à discussão da priorização do serviço de saúde para essa população que está incluída dentro do grupo LGBT, entendendo que muitos sofriam o preconceito quando na busca pelos serviços essenciais de saúde. Pensando no princípio constitucional de acesso à saúde é que o Ministério da Saúde lança esse instrumento direcionado à referida população.

É importante considerar que a institucionalização das políticas públicas de saúde direcionadas à comunidade LGBT passou por um considerável processo histórico de amadurecimento, desde o período que antecede a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que ocorreu em 1990, até a efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, no ano de 2009, como pode ser observado no Quadro 1.

Nas décadas de 1960 e 1970, em meio a Ditadura Militar, as discussões sobre a temática LGBT foram crescendo nos locais conhecidos como Guetos, possibilitando um empoderamento às pessoas naquela época, visto o grande preconceito e marginalização que essas vivenciavam em suas vidas, sendo praticamente excluídas do bojo da sociedade. Gaspari (2012, p. 124) pondera que “A partir dos anos 1970, contudo, simultaneamente à ampliação do

ativismo do movimento gay e lésbico em busca de direitos políticos, aumentaram também as tensões dentro do próprio movimento.”.

Quadro 1 – Percurso histórico da implantação da Política de Saúde LGBT no Brasil

Período	Fatos
Década de 1970	À medida que o processo de redemocratização do Brasil avança, o <i>Grupo Somos</i> é reconhecido como precursor da luta homossexual no Brasil.
Década de 1980	Ao surgir a epidemia HIV/AIDS, à época fortemente relacionada aos gays, o governo brasileiro apoiou a mobilizações da população homossexual masculina na prevenção da doença.
1988	Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – dispõe de uma sessão só para saúde.
1990	Instituiu o SUS, definindo seus objetivos, competências e atribuições; princípios e diretrizes; organização, direção e gestão (Lei nº 8.080, de 19/9/1990).
2004	Com a participação da sociedade civil, o governo institui o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”.
2004	O Ministério da Saúde constituiu o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, com vistas à construção de uma política específica para o SUS.
2006	A conquista de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT.
2007	Na 13ª Conferência Nacional de Saúde, a orientação sexual e a identidade de gênero são incluídas na análise da determinação social da saúde.
2008	Em 2008, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República realizou a I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais promovendo intensa mobilização de governo e da sociedade civil, tanto nas 27 conferências estaduais, como na etapa nacional que reuniu mais de 600 delegados.
2009	Finalmente, ao ser aprovada pelo CNS em novembro de 2009, a Política LGBT, legitima-se como fruto de um amplo processo democrático e participativo.

Fonte: Os autores (2019).

Com a descoberta da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em inglês *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, AIDS), na década de 1980, e, conseqüentemente, a constatação de que a maior parcela da população que estava infectada e que transmitia a doença era do público gay, ainda ressaltando que nesse período não existiam meios de se evitar as doenças sexualmente transmissíveis como os que se encontram disponíveis nos dias de hoje, o governo brasileiro passa a apoiar as campanhas de promoção da saúde, visando à prevenção por parte dos homossexuais no relacionamento

sexual. Em seguida, destaca-se a atenção dada à saúde com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, estabelecendo igualdade de direitos e responsabilidade do Estado na promoção da assistência.

A Carta Magna de 1988, com efeito, traz de forma expressa a universalidade dos direitos fundamentais disponíveis para brasileiros, natos ou naturalizados, e estrangeiros residentes no Brasil, ao precisar que:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (BRASIL, 1988).

Tomando como referência esse dispositivo constitucional, considera-se que toda a população deve ser tratada de forma igual, o que realmente não acontece com, pelo menos, parte da população a exemplo da comunidade LGBT, que ainda ficou à margem desse sistema, sendo excluída de um tratamento igualitário conforme descreve o texto acima.

Mais adiante, já após a criação do SUS, a partir do ano de 2004, o governo passa a dar uma visibilidade maior aos movimentos sociais em que estavam inseridos a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, permitindo inclusive que eles passassem a ter cadeiras em conselhos e comitês que discutissem tal demanda. Nesse contexto, merece destaque que a 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no ano de 2017, incluiu na análise da determinação social da saúde a orientação sexual e a identidade de gênero. (BRASIL, 2013).

Ainda, conforme Brasil (2013), após todos esses movimentos, em 2009, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, que preconiza atendimento humanizado e acompanhamento por uma equipe multiprofissional objetivando prevenir e promover o *status* da saúde dessa parcela da sociedade.

Diante do que foi levantado, percebe-se que a efetividade da preconização dos serviços de saúde voltados para a população LGBT deu-se após uma grande mobilização social, buscando sempre a efetividade de um direito já garantido na Constituição de 1988, quando se tratou sobre os direitos e as garantias fundamentais do cidadão brasileiro.

4 A DISCUSSÃO SOBRE SEXUALIDADE E GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, alguns estudos vêm sendo realizados na Ciência da Informação buscando analisar a produção sobre gênero e sexualidade. Mapeando a produção científica, Viana e Oliveira (2017) refletem sobre a produção científica sobre LGBT no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, contemplando as áreas de Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Interdisciplinar e Linguística, Letras e Artes, mais especificamente seus respectivos cursos de pós-graduação, no período de 2000 a 2016.

Nessa pesquisa, os autores destacam “[...] ser este um dos poucos trabalhos dessa natureza realizado na CI, não obstante a constatação que muitos estudos podem ser desenvolvidos ampliando e fortalecendo as discussões acerca de novos temas” (VIANA; OLIVEIRA, 2017, p.18).

Não obstante a importância dos diferentes processos informacionais para lidar com questões complexas que requerem políticas, programas, projetos e ações de democratização e inclusão, observa-se que os estudos sobre a comunidade LGBT ainda não tiveram a atenção merecida. Com efeito, essa constatação embasa cada vez mais a necessidade de realização de trabalhos nessa linha tênue existente entre a sexualidade e as questões de gênero, domínio estratégico para o desenvolvimento de pesquisa em Ciência da Informação, na medida em que se trata de:

[...] ciência que se preocupa com os princípios e práticas da produção, organização e distribuição da informação. Assim como, com o estudo da informação desde sua geração até a sua utilização, e a sua transmissão em uma variedade de formas através de uma variedade de canais. (BARRETO, 1997, p. 5).

É importante destacar que a temática abordada se encaixa no campo da Ciência da Informação mediante sua característica interdisciplinar, isto é, a possibilidade que a disciplina possui em dialogar com as mais diversas áreas do conhecimento. Japiassu (1976) compreende que interdisciplinaridade é caracterizada pela intensidade existente entre as trocas feitas pelos

especialistas, bem como o grau de integração das disciplinas no interior de um mesmo campo, de um mesmo projeto, de um mesmo objeto.

Japiassu (1976, p. 65-66) pondera, ainda, que:

[...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador.

Nesse mesmo contexto, vislumbra-se que a interdisciplinaridade deve caminhar na intensificação do diálogo e da integração metodológica e conceitual nas mais diversas áreas e campos do conhecimento. Portanto, deve-se perceber nesse movimento interdisciplinar sempre que se pensa em uma temática que pode ser abordada em mais de uma área do conhecimento, como, por exemplo, as temáticas relacionadas à política de saúde LGBT, conforme destacado mais acima.

Ainda nas palavras de Japiassu (1976):

Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Onde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos.

A partir da grande revolução tecnológica e científica, principalmente, no século XX, vem sendo constatado a partir de vários achados científicos a complexidade dos diferentes fenômenos sociais, o que faz com que uma disciplina dependa de outras na abordagem desses, ocorrendo assim uma integração de conceitos e métodos.

Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao domínio de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas

muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar. A ciência começa a aparecer como um processo que exige também um olhar transversal (POMBO, 1993, p. 10).

Um ponto importante é entender que a informação passou a ser estudada por diversas áreas do conhecimento, dentro dos seus traços teóricos e epistemológicos. E, complementarmente, o alcance da complexidade de outras temáticas requer a aproximação com o campo informacional. A presente discussão sobre o grupo LGBT, especificamente, a promoção da saúde, permeia os processos informacionais.

Nessa perspectiva, cumpre destacar alguns posicionamentos de autores da Ciência da Informação acerca do conceito de informação. Conforme Saracevic (2009), a informação pode ser considerada como uma atividade realizada pelos indivíduos tendo por finalidade resolver problemas e necessidades individuais e gerais. Complementando esse entendimento, Le Coadic (2004) especifica que a informação também se trata de um conhecimento que pode ser disponibilizado em formato escrito, oral, impresso ou digital.

Para Buckland (1991), informação pode ser conceituada a partir de três vias, a saber:

- *informação como processo*: corresponde ao “ato de informar” e ocorre quando um sujeito é informado e, por conseguinte, aquilo que conhece é modificado;
- *informação como conhecimento*: corresponde a um conhecimento comunicado que tem a finalidade de reduzir as incertezas que uma pessoa tem sobre determinado assunto, evento ou fato; e
- *informação como coisa*: corresponde a qualquer coisa dotada de informatividade e que, portanto, tenha a qualidade de informar.

Para além desses conceitos acima abordados, a informação pode ter várias acepções, contudo, parece que a sua essência se encontra na finalidade de informar algo a alguém. Além disso, a informação pode ser representada por qualquer coisa capaz de gerar uma mudança no estado cognitivo do sujeito que se informa. Fazendo uma ponte desses conceitos com a temática LGBT, informação pode ser produzida e promovida por meios diversos, tais como leitura, música, atuação teatral, cartaz, beijo entre duas pessoas do mesmo

sexo, apresentação de trabalhos de cunho científico, entre outras possibilidades. Trata-se de abordagens complexas que possibilitam a superação de dicotomias historicamente tratadas, sem qualquer tipo de zelo teórico-metodológico.

No geral, isso implica tanto em repensar a dualidade entre natureza e cultura (que persiste quando se pensa que o gênero seria a construção “cultural” do sexo visto como “natural”), quanto em abrir mão de teorias calcadas nas identidades e nos sujeitos para outras focadas na materialização dos corpos e nas subjetividades (BRAZ, 2007, p. 192, grifo do autor).

Nessa perspectiva, as legislações e produções científicas voltadas para a comunidade LGBT disponíveis física e eletronicamente são conjuntos informativos de interesse social que, pelo menos, sinalizam para aqueles que pretendem desenvolver algum nível de entendimento e criticidade a respeito da temática. E discutir essas informações acerca dos direitos LGBT na sociedade hodierna possibilita a redução do preconceito que é um problema de caráter social, uma vez que, segundo a CIDH (2015), o Brasil é um dos países que mais mata gays, lésbicas e travestis, não existindo normas eficazes que garantam a segurança desse público minoritário.

Neste contexto, destaca-se o ENANCIB, que é realizado anualmente desde 1994, pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), onde anualmente um dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação associado à ANCIB fica responsável por sua realização oferecendo sua sede e suporte. Hoje é considerado o maior evento em Ciência da Informação no Brasil, possibilitando que pesquisadores da pós-graduação (mestrandos e doutorandos) dos mais diversos Programas de Pós-graduação distribuídos por todo o país, e até pesquisadores internacionais, em coautoria com mestres e doutores, possam trazer à tona discussões das mais variadas pesquisas na área da Ciência da Informação, sendo essas pesquisas concluídas ou em processo de conclusão com apresentação de dados parciais.

Segundo a própria ANCIB (2019), o evento tem o seguinte objetivo:

Propiciar o intercâmbio científico entre pesquisadores, docentes, discentes e profissionais da área da Ciência da Informação, no intuito de consolidar a pesquisa científica em Ciência da Informação. Tem por finalidade discutir e refletir os temas, perspectivas e tendências da pesquisa em Ciência da Informação, de modo a estimular e

promover o avanço da geração de conhecimento na área de Ciência da Informação, por meio de amplo diálogo entre os pesquisadores que nela atuam.

O evento conta com fóruns (Coordenadores dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, Coordenadores de Grupos de Trabalho, e Editores Científicos), premiações (teses, dissertações e comunicações) e lançamentos e feiras de livros, além de eventos paralelos.

Atualmente, 11 (onze) Grupos de Trabalho compõem a estrutura de organização e realização do ENANCIB. Cada grupo é coordenado por um(a) coordenador(a) e um(a) coordenador(a) adjunto(a), eleitos para uma gestão de dois anos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Grupos de Trabalho da ANCIB

Grupo de Trabalho	Coordenador(a)	Coordenador(a) Adjunto(a)
GT-1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação	Edivanio Duarte de Souza (UFAL)	Cristina Dota Ortega (UFMG)
GT-2 - Organização e Representação do Conhecimento	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)	Deise Maria Antônio Sabbag (USP/RP)
GT-3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)	Gisele Rocha Cortez (UFPB)
GT-4 - Gestão da Informação e do Conhecimento	Fabício Ziviani (FUMEC)	Ieda Pelógia Martins Damian (USP/RP)
GT-5 – Política e Economia da Informação	Rodrigo Moreno Marques (FUMEC)	Arthur Coelho Bezerra (IBICT)
GT-6 - Informação, Educação e Trabalho	Valdir José Morigi (UFRGS)	Júlio Afonso Sá de Pinho Neto (UFPB)
GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação	Fábio Castro Gouveia (FIOCRUZ)	Maria Claudia Cabrini Grácio (UNESP)
GT-8 – Informação e Tecnologia	José Eduardo Santarém Segundo (USP/RP)	Ana Carolina Simionato (UFSCar)
GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação	Alegria Célia Benchimol (MPEG)	Luísa Maria Gomes de Mattos Rocha (UNIRIO)
GT-10 – Informação e Memória	Leila Beatriz Ribeiro (UNIRIO)	Maria Guiomar Frota (UFMG)
GT-11 Informação & Saúde	Marcelo Peixoto Bax (UFMG)	Francisca Rosaline Leite Mota (UFAL)

Fonte: ANCIB (2019).

Nesse conjunto, destaca-se o GT-11, em particular, que surgiu no evento realizado no ano de 2011 e cujas pesquisas nele apresentadas são

dedicadas a aspectos da informação em saúde e que estavam sendo discutidas em outros grupos de trabalho. Com a criação deste GT, que tem como proposta fomentar ainda mais os diálogos das pesquisas sobre teorias, métodos e estruturas informacionais nos mais diversos contextos da saúde, analisa-se sobre o impacto da informação, das tecnologias e das inovações em saúde, inclusive nas organizações de saúde, além de questões mais amplas de informação, saúde e sociedade e as políticas informacionais em saúde.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, do ponto de vista metodológico, é importante destacar que se trata de uma pesquisa em andamento e, de acordo com seus objetivos, se caracteriza como exploratório-descritiva. Ocorre que, segundo as orientações de Chizzotti (2006), buscou-se coletar, registrar e analisar os dados buscando, a um só tempo a familiarizar-se, descrever e compreender as diferentes categorias analíticas que compõem a temática LGBT no contexto do GT-11 Informação & Saúde do ENANCIB.

Além disso, trata-se de uma pesquisa quantitativa, uma vez que tem como finalidade a construção de indicadores de bases estatísticas acerca da produção científica analisada, considerando diferentes variáveis. Nesse contexto, destaca-se que a presente pesquisa foi realizada buscando alcançar a totalidade de 153 (cento e cinquenta e três) comunicações realizadas nas nove edições do referido evento, incluindo trabalhos completos e resumos expandidos.

Tomando como referência a fonte material, trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, na medida em que esta foi realizada a partir do levantamento das comunicações realizadas no GT-11 Informação & Saúde, no período de 2011 a 2019. A coleta de dados foi realizada nos anais das nove edições do ENANCIB objeto de estudo, localizados por meio do Portal de Eventos da ANCIB (1994-2013) e dos portais descentralizados das demais edições do evento (2014-2019). No mapeamento das comunicações foram adotados inicialmente os termos “gênero(s)” e “sexualidade” e, posteriormente, os termos específicos “lésbicas”, “gays”, “bissexuais”, “travestis” e

“transexuais”. Além disso, considerando a pequena quantidade de trabalhos analisados, foi possível realizar várias estratégias de busca, inclusive o levantamento direto das comunicações.

Após a coleta de dados, foram realizadas a pré-análise e a sistematização em quadros, objetivando a construção de indicadores e a melhor visualização dos resultados da pesquisa. Nesse processo, consideraram-se ano de realização e edição do ENANCIB, local de realização e instituição responsável, e frequências de apresentação de comunicações, gerais e específicas (LGBT), no GT-11.

E, por fim, os resultados foram analisados e discutidos, considerando-se a rede de relações possíveis entre as categorias analíticas sistematizadas. É importante destacar que, devido à pequena quantidade de trabalhos que abordam, especificamente, a temática LGBT, objeto de estudo, foi possível a leitura integral dos textos.

6 ANÁLISE E DICUSSÃO DOS RESULTADOS

No período de 2011 a 2019, conforme Quadro 3, foram realizadas nove edições do ENANCIB em oito diferentes instituições, sendo uma no Centro-Oeste (UnB), duas no Nordeste (UFBA e UFPB), duas no Sul (UEL e UFSC) e três no Sudeste (UFMG, Fiocruz e UNESP-Marília). Destaca-se que, nesse período, foram realizadas duas edições no Estado de Santa Catarina.

Quadro 3 – Comunicações realizadas no GT-11 / ENANCIB (2011-2019)

Ano	Edição	Local / Instituição	f(x) GT – 11	f(x) LGBT
2011	XII	Brasília - DF / UnB	13	0
2012	XIII	Rio de Janeiro - RJ / Fiocruz	23	0
2013	XIV	Florianópolis - SC / UFSC	20	0
2014	XV	Belo Horizonte - MG / UFMG	15	0
2015	XVI	João Pessoa - PB / UFPB	20	1
2016	XVII	Salvador – BA / UFBA	11	0
2017	XVIII	Marília – SP / UNESP	16	1
2018	XIX	Londrina – PR /UEL	12	0
2019	XX	Florianópolis - SC / UFSC	23	1
Total			153	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nessas edições, foram apresentadas no GT-11 - Informação & Saúde um total de 153 (cento e cinquenta e três) comunicações, incluindo trabalhos completos e resumos expandidos. É importante destacar que esse período dá cobertura a toda a história deste GT, uma vez que ele foi implantado no ano de 2011.

Do total de comunicações realizadas nas nove edições estudadas, apenas três trabalhos abordam expressamente a temática LGBT e foram discutidos no GT 11. Isso representa cerca de 2% do total da produção. Observa-se que a temática foi abordada pela primeira vez na décima sexta edição do ENANCIB, realizado na cidade de João Pessoa, no ano de 2015. A partir daí, foram apresentados dois trabalhos em anos alternados, o segundo na décima oitava edição, na cidade de Marília, e o terceiro na vigésima edição, realizada em Florianópolis, no ano de 2019, como pode ainda ser observado no Quadro 3.

Focando as análises nas três comunicações que tratam, especificamente, da temática LGBT, alguns achados podem ser destacados. Primeiro, esses trabalhos foram elaborados em colaboração, sendo os dois primeiros entre três autores, e o segundo, entre dois, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Comunicações sobre LGBT realizadas no GT-11 / ENANCIB (2011-2019)

Ano	Autoria	Instituição	Título	Modalidade
2015	NASCIMENTO, F. A.	UFPE	Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)	Trabalho completo
	LEITE JÚNIOR, F. F.	UNIFOR		
	PINHO, F. A.	UFPE		
2017	RODRIGUES, E. G.	FIOCRUZ	Gênero e produção científica: um panorama sobre pessoas transgêneras	Resumo Expandido
	SILVA, C. H.	FIOCRUZ		
	ARAÚJO, I. S.	FIOCRUZ		
2019	GARCIA, J. P. S.	UFAL	Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil	Resumo expandido
	ARAUJO, N. C.	UFAL		

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ainda no Quadro 4, observa-se que as comunicações que tratam especificamente sobre a temática LGBT centram basicamente em três

instituições, FIOCRUZ, UFAL e UFPE, ou seja, em duas regiões do país, Nordeste e Sudeste.

Na primeira comunicação, os autores Nascimento, Leite Junior e Pinho (2015) realizaram um estudo documental nas cinco edições do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* com o objetivo de apresentar ao longo dos anos (1952-2013), como questões informacionais sobre gênero e sexualidade foram abordadas a partir de tipologias e classificações da análise terminológica das temáticas que estão presentes nesta publicação. Concluem que há, nas edições da referida fonte, uma ideia de patologização em torno das discussões sobre gênero e sexualidade, classificando e normatizando as práticas, os prazeres e os desejos sexuais a partir de uma perspectiva médico-científica.

Na segunda comunicação, as autoras Rodrigues, Silva e Araújo (2017) objetivaram apresentar um quadro da produção científica mundial sobre pessoas transgêneras, através de uma pesquisa bibliográfica realizada no marco temporal 2015-2016 realizada na *Web Of Science (WOS)*. Os achados da pesquisa demonstram que os países de língua inglesa produzem mais conhecimento acerca da temática estudada, contudo, os países periféricos têm contribuído também com a discussão de temas determinantes para a saúde desse grupo de pessoas. A comunicação científica centra-se basicamente na produção de artigos nas áreas de Psiquiatria, Psicologia, Psicanálise e Biomédicas (urologia, doenças infecciosas, clínica geral, endocrinologia e cirurgia), que, em grande medida, retratam a forma como as pessoas transgêneras são consideradas e tratadas no meio social.

Na terceira e última comunicação, os autores Gracia e Araujo (2019) buscaram, a partir de levantamentos bibliográfico e documental, analisar a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil como fonte produtora de informação. O levantamento bibliográfico foi realizado no GT-11 Informação & Saúde do ENANCIB, identificando apenas os dois primeiros trabalhos, presentes no Quadro 4, que tratam da temática. A partir do levantamento documental, construíram um quadro referência sobre o percurso histórico na construção e implantação da implantação da Política de Saúde LGBT no Brasil. No final do trabalho,

consideram que a discussão na área da Ciência da Informação sobre o assunto ainda é incipiente, conforme foi constatado por Viana e Oliveira (2017).

Considerando pequena quantidade de trabalhos apresentados no GT-11 Informação & Saúde do ENANCIB, que é o maior evento em Ciência da Informação do Brasil, constata-se que há muito que se discutir sobre o tema informação, saúde, gênero e sexualidade, principalmente, quando se considera a importância de políticas, programas e ações direcionadas à inclusão social e à superação de preconceitos historicamente sedimentados nesse domínio.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa em andamento possibilitaram, de modo amplo, as primeiras incursões, análises e discussões sobre informação e saúde na área da Ciência da Informação, voltadas especificamente para as temáticas gênero, sexualidade e Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. De modo mais preciso, possibilitou constatar, que não obstante a importância dessas discussões, há carência de apresentação de trabalhos no GT-11 – Informação & Saúde do ENANCIB, na medida em que, ao longo dos seus nove anos de existência, foram apresentados apenas três trabalhos no universo de 153 (cento e cinquenta e três) comunicações, e que foram realizadas nos anos de 2015, 2017 e 2019.

Além da baixa produção acerca da temática no ENANCIB, outro achado diz respeito às abordagens descritas nesses estudos que, em grande medida, fundamentam-se em áreas como Ciências Biomédicas, Psicologia e Psiquiatria, entre outras. O fato é que essas abordagens apontam para o tratamento do gênero, da sexualidade e das questões afins no contexto médico, deixando de lado questões antropológicas, culturais e sociológicas. Aqui se considera a importância de estudos que abordem a importância da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, principalmente, na produção, na promoção e no uso de informações e conhecimento acerca da condição dessa comunidade historicamente marginalizada no Brasil e, porque não dizer, no mundo.

Este estudo vem reforçar a produção científica sobre a temática em questão, uma vez que outros pesquisadores podem considerá-lo como ponto

de partida e desenvolver outras produções acadêmicas, mesmo que em áreas correlatas, propiciando a renovação de conceitos perspectivas, teorias e metodologias adequados a esse processo, ampliando e aprofundando abordagens interdisciplinares preconizadas pela Ciência da Informação.

Contudo, ainda há muito a se discutir no bojo da ciência da informação sobre as questões de sexualidade, e diversidade sexual, principalmente no tocante aos programas de pós-graduação existente no país. Como vimos uma ciência interdisciplinar, que traz em sua raiz a capacidade de poder juntar ao seu campo de estudo os mais diversos temas, as mais diversas problemáticas, fluindo assim em grandes pesquisas informacionais.

A Ciência da Informação deve cada vez mais possibilitar aos pesquisadores discutirem e produzirem dentro do objeto de estudo dessa ciência, visto a atualidade do tema e o constante debate nas mais diversas áreas do conhecimento.

Esta é uma pesquisa em andamento sobre a relação informação, gênero e sexualidade no contexto da Ciência da Informação. Assim, sugere-se a ampliação deste estudo, buscando compreender em que perspectiva teórico-metodológica as questões do gênero e da sexualidade vêm sendo tratadas no domínio da Ciência da Informação, bem como o diálogo que esta área procura estabelecer com outras áreas afins com o intuito de dar cobertura à complexidade temática que envolve a discussão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). **Grupos de trabalho da ANCIB**. 2019. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BARRETO, A. A. Perspectivas da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 2, p.156-166, 1997. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_43caaf49d9_0008818.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do

Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Legislação. [Brasília]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRAZ, C. A. Macho versus Macho: um olhar antropológico sobre práticas homoeróticas entre homens em São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 28, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/09.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GRACIA, J. P. S.; ARAUJO, N. C. Saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/677/593>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GASPARI, A. Entre bonecas e bichas de pelúcia: A distinção entre “barbies” e “ursos” em praias gays do Rio de Janeiro. **Revista olhares sociais – PPGCS – UFRB**, v. 2, n. 2, jan. 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/6-Entre-bonecas-e-bichas-de-pel%C3%BAcia.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GEWERH, R. B.; HETKOWSKY, T. M. Sexo e sexualidade no mundo moderno. **Contexto e Educação**, ano 16, n. 64, p. 81-107, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1191/945>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GONTIJO, F. Imagens identitárias homossexuais, carnaval e cidadania. *In*: RIOS, L. F.; ALMEIDA, V.; PARKER, R.; TERTO JR. (Org.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde.** Rio de Janeiro: ABIA, 2004. Disponível em: http://www.abiaids.org.br/_img/media/anais%20homossexualidade.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- LAURENTI, R. Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-347, out. 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002. Acesso em: 28 ago. 2019.
- LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Bricquet de Lemos, 2004.
- LIMA, A.; CERQUEIRA, F. A. Identidade homossexual e negra em Alagoinhas. **Revista bagoas**, Natal, 2019. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art13_limacerqueira.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.
- MARSIAJ, J. P. P. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cad. AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2511>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- MISOCZKY, M. C. *et al.* Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do centro nova olaria - porto alegre sexual. **Gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v. 6 n. 15, p. 254-279, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/download/1643/1025/>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- NASCIMENTO, F. A.; LEITE JUNIOR, F. F.; PINHO, F. A. Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 16., 2015. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/3097/1271>. Acesso em: 15 set. 2019
- POMBO, O. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectiva. *In*: POMBO, O. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1993. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/mathesis/interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- RODRIGUES, É. G.; SILVA, C. H.; ARAÚJO, I. S. Gênero e Produção Científica: um panorama sobre pessoas transgêneras. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2017. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/105/895>. Acesso em: 15 set. 2019

SARACEVIC, T. Information Science. *In*: BATES, M.; MAACK, M. N. (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Taylor & Francis, 2009.

VIANA, A. F.; OLIVEIRA, D. A. A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/182/1087>. Acesso em: 25 ago. 2019.